

## A criação da Diocese de Botucatu e a ação romanizadora de seu primeiro bispo, D.

Lúcio Antunes de Sousa (1909-1923).

Maurício de Aquino  
Secretaria de Educação do Estado de São Paulo  
Faculdade de Filosofia de Jacarezinho-PR/UENP-FAFIJA  
Mestre em História (UNESP/Assis)  
mauriaquino12@itelefonica.com.br  
GP – Igreja Católica no Brasil

Na passagem do século XIX para o século XX, a Igreja Católica no Brasil, já na Era Pós-Padroado, efetivou um amplo processo de construção institucional, encaminhado através da criação de dioceses, da formação de patrimônio eclesiástico e da eleição de bispos fiéis a autocompreensão ultramontana da Igreja. Respondia, assim, ao duplo desafio de praticar as novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé, bem como de reestruturar-se organizacionalmente face aos condicionantes sócio-políticos da sociedade brasileira da época<sup>1</sup>. Nesse texto, essas perspectivas e conceituações, utilizadas por diferentes autores para analisar a Igreja no Brasil, serão dirigidas ao processo de criação da diocese de Botucatu e da atuação de seu primeiro bispo, D. Lúcio Antunes de Sousa (1909-1923), ainda em estudo.

A formação da Província Eclesiástica de São Paulo, através da Bula *Diocesium Nimiam Amplitudinem*, de 07 de junho de 1908, insere-se nesse complexo contexto de construção institucional da Igreja Católica no Brasil. Pela *Diocesium* foram criadas as novas dioceses paulistas de Botucatu, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos e Taubaté. Ainda por essa Bula, a Diocese de São Paulo foi elevada à condição de Arquidiocese. O Estado de São Paulo foi a frente mais dinâmica dessa expansão eclesiástica. Aos olhos da Santa Sé, esse Estado era o futuro e o grande desafio da Igreja. Estado hegemônico do país, São Paulo expandia-se com suas ferrovias e cafezais, demandava e atraía estrangeiros, ensejava o fluxo de novas idéias e costumes. Sendo assim, era fundamental para a Igreja fazer-se presente nas diferentes regiões desse centro decisório nacional, em “turbulento crescimento”<sup>2</sup>, para acompanhar suas vicissitudes; controlar o clero e os fiéis; combater as novas crenças e as doutrinas anticlericais; expandir o patrimônio e a cultura da Igreja; influenciar, ainda que nos bastidores, as escolhas e as decisões sócio-políticas<sup>3</sup>. Nas palavras de Marcos Antônio Pratta

---

<sup>1</sup> MICELI, Sérgio. **A Elite Eclesiástica Brasileira (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 11-29, 83; MANOEL, Ivan Aparecido. D. Antônio Macedo Costa e Rui Barbosa: a Igreja Católica na ordem republicana brasileira. **Pós-História**, Assis-SP, v.5, p.67-81, 1997; HERMANN, Jacqueline. Religião e Política no alvorecer da República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida N. (orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.123-5. (Brasil Republicano; v.1).

<sup>2</sup> MORSE, Richard. **Formação Histórica de São Paulo**. São Paulo: Difel, 1970. p.250.

<sup>3</sup> ALMEIDA, Alceste Pinheiro de. **O Cardeal Arcoverde e a reorganização eclesiástica**. Tese (Doutorado em História). São Paulo, USP, 2003. p. 180 et passim.

O período denominado República Velha ou Primeira República Brasileira (1889-1930) representou em nosso país o momento privilegiado dessas mudanças. O Estado brasileiro ajustou-se aos novos interesses do capitalismo em expansão e esses novos interesses internacionais provocaram no país apenas as mudanças necessárias a seus objetivos, sem rupturas ou transformações sociais radicais. A Igreja Católica, por sua vez, gradativamente também se ajustou ao novo universo econômico e social em formação, sendo que nas áreas cafeeiras paulistas esse ajustamento traduziu-se em grande expansão patrimonial e cultural<sup>4</sup>.

O movimento em prol da reorganização eclesiástica da Igreja em São Paulo iniciou-se na gestão de D. Joaquim Arcoverde (1894-1897), e se aprofundou no episcopado de D. José de Camargo Barros (1904-1906). Em 1903, as cidades de Batatais e Campinas enviaram seus pedidos de criação de diocese ao Vaticano. As candidaturas desembocaram em disputa entre essas cidades. Isso mesmo, o simples vislumbrar de novas dioceses engendrou conflitos entre os municípios paulistas pelo prêmio de sediar uma nova jurisdição eclesial. O bispado dava *status* e *poder* à cidade sede. De fato, apesar da separação legal entre a Igreja e o Estado, o bispo tinha grande influência sobre o povo e os líderes locais, afinal, representava uma instituição milenar, internacionalizada, cujos símbolos e valores estavam arraigados na sociedade brasileira. Daí os conflitos entre as cidades paulistas pela aprovação de sua candidatura junto a Santa Sé. Nos primeiros anos do século XX, Campinas, Ribeirão Preto e Batatais; Botucatu e Itu protagonizaram litígios desse gênero<sup>5</sup>.

### **A criação da diocese de Botucatu.**

Botucatu foi fundada em 23 de dezembro de 1843 e emancipada em 14 de abril de 1855, tinha 26.047 habitantes em 1900<sup>6</sup>, sendo que cerca de 5.000 habitavam a zona urbana do município. A cidade expandira-se junto com a produção de café e com as estradas de ferro<sup>7</sup>. Por isso, o vigário local, padre Paschoal Ferrari, acreditava no potencial da cidade para se tornar sede de uma nova diocese. Além disso, argumentava veementemente na estratégica posição geográfica da cidade para os interesses e necessidades da Igreja e da sociedade paulista naquele momento. Situada na chamada “Boca do Sertão”, Botucatu era ponto nevrálgico das ações governamentais no sentido de civilizar o interior paulista, denominado

---

<sup>4</sup> PRATTA, Marco Antônio. **Mestres, santos e pecadores: educação, religião e ideologia na Primeira República brasileira.** São Carlos: Rima, 2002. p.71.

<sup>5</sup> FREITAS, Nainôra M. B. de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo de seu primeiro bispo: D. Alberto José Gonçalves.** Tese (Doutorado em História). Franca, UNESP, 2006. p. 28-37; DELMANTO, Armando M. **Memórias de Botucatu.** Botucatu, SP: Santana, 2000. p.99-100.

<sup>6</sup> População de Botucatu: em 1872, 16.979 hab.; em 1890, 20.128 hab.; em 1900, 26.047 hab.; em 1920, 33.405 hab.; em 1940, 38.881. IBGE -Botucatu.

<sup>7</sup> MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias.** 4.ed. Campinas, SP: Pontes, 1990. p.107-125.

de “sertão desconhecido” ou “território de índios”<sup>8</sup>, e definir as fronteiras dos estados de São Paulo, Mato Grosso e Paraná, bem como as do Brasil com o Paraguai e a Bolívia. Para o governo republicano seria conveniente manter a estratégia dos tempos imperiais de utilizar a Igreja em seus projetos de expansão e colonização. Aliás, no território vazio da racionalidade estatal e eclesial, já estavam alguns poucos padres capuchinhos de Trento<sup>9</sup>.

Em junho de 1904, encontramos Padre Ferrari trocando correspondências com o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde, e com o bispo de São Paulo, D. José de Camargo Barros, sobre a candidatura de Botucatu a diocese. Analisamos estas cartas no livro *Dom Lúcio*, escrito em 1938, pelo cônego Luiz Castanho de Almeida. A carta de 01 de junho de 1904, escrita por D. Arcoverde ao Padre Ferrari, indica a satisfação do remetente em saber que D. José aprovou a formação de uma “*Comissão de Patrimonio Diocesano*” em Botucatu. Diz, ainda, que tal aceitação contaria muito para a escolha da cidade como sede eclesiástica. Por fim, incentiva a que se prepare “*o quanto antes*” a petição e as propostas ao Núncio Apostólico: “*Será isto de maximo effeito perante a S. Sé e de maxima utilidade para essa região, que tão boa impressão deixou-me, quando ahi a visitei*”<sup>10</sup>. Outra carta, datada de 03 de junho de 1904, escrita por D. José ao Padre Ferrari, reitera a aprovação do remetente no sentido da “*criação de uma Diocese nova com séde em Botucatú*”. E, continua D. José ao Padre Ferrari: “*póde trabalhar para a consecução do patrimonio e quando isso estiver prompto, darei parecer favoravel se eu for ouvido pela Santa Sé, como é de praxe*”<sup>11</sup>. Uma terceira carta aparece no livro do cônego Almeida. Escrita por D. Arcoverde ao Padre Ferrari, com data de 19 de julho de 1904. Nela, D. Arcoverde louva as ações de Ferrari na questão da criação da diocese, e escreve que aguarda a chegada do Núncio Apostólico para lhe entregar o “*precioso documento, que recebi, relativo à criação da Diocese de S. Anna de Botucatú*”<sup>12</sup>.

Essas três cartas, apenas arroladas na seção “documentos” da biografia de D. Lúcio, escrita pelo cônego Almeida, direcionam nosso olhar para a ação de D. Arcoverde, antigo bispo de São Paulo, homem de confiança da Santa Sé, amigo do Núncio Giulio Tonti, líder do projeto de reorganização eclesiástica brasileira<sup>13</sup>, envolvido, como arcebispo do Rio de

---

<sup>8</sup> ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru, SP: Edusc, 2000. p.99-129; SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p.73.

<sup>9</sup> GONÇALVES, Rodolfo Frank. **Filhos de São Francisco e Índios: A ação missionária dos Capuchinhos Trentinos na Noroeste Paulista (1890-1920)**. Dissertação (Mestrado em História). FCL-Assis-UNESP, 1997. p. 159-171.

<sup>10</sup> ARCOVERDE, D. Joaquim. Carta ao Vigário de Botucatu, Padre Ferrari. Rio de Janeiro, 01.06.1904. IN: ALMEIDA, Luiz Castanho de. **Dom Lúcio**. São Paulo: Editora Odeon, 1938. p.65.

<sup>11</sup> BARROS, D. José de Camargo. Carta ao Vigário de Botucatu, Padre Ferrari. São Paulo, 03.06.1904. IN: ALMEIDA, Luiz Castanho de. **Dom Lúcio**. São Paulo: Editora Odeon, 1938. p.65-66.

<sup>12</sup> ARCOVERDE, D. Joaquim. Carta ao Vigário de Botucatu, Padre Ferrari. Rio de Janeiro, 19.07.1904. IN: ALMEIDA, Luiz Castanho de. **Dom Lúcio**. São Paulo: Editora Odeon, 1938. p.66.

<sup>13</sup> ALMEIDA, Alceste Pinheiro de. **O Cardeal Arcoverde e a reorganização eclesiástica**. Tese (Doutorado em História). São Paulo, USP, 2003.

Janeiro, na divisão de sua antiga e agora sufragânea Diocese de São Paulo. E é das mãos de D. Arcoverde que saem as sumárias palavras acerca do principal argumento da candidatura de Botucatu: “*S. Excia. [o Núncio] tomará por certo na devida consideração os justos desejos desse povo [de Botucatu], separado de S. Paulo por uma distancia considerável*”<sup>14</sup>.

O padre Ferrari, por sua vez, revela-se o agente do processo, atuando *in loco*, agindo e reagindo as condições sociais e eclesiais do contexto. Já D. José, aparece como uma espécie de intermediário, consentindo sem se intrometer, assistindo aos atos da cena de desmembramento de sua diocese. D. José concordava com a divisão da Diocese de São Paulo? Levando em conta as missivas apresentadas entre D. José e Padre Ferrari, tudo parece indicar uma resposta afirmativa, entretanto, analisamos em São Paulo uma carta de 16 de julho de 1904, escrita por D. José ao Arcebispo (D. Arcoverde) que contradiz essa posição. Assim, após colocar obstáculos patrimoniais ao projeto de Botucatu, D. José afirma que “*A criação desta diocese, como de qualquer outra neste Estado, começa sem vista com desagrado não só pelos leigos, mas até pelos sacerdotes e pelos conegos da Cathedral. Todos deploram o desmembramento da diocese de São Paulo*”<sup>15</sup>. Esta carta relativiza as interpretações lineares, como a do cônego Almeida e a do historiador Vasco Smith de Vasconcellos, sobre a formação da Província Eclesiástica de São Paulo. Muitas indagações podem ser levantadas a partir desse posicionamento de D. José e de seu clero. Todavia, ainda que com lacunas documentais e interpretativas, sabemos que em setembro daquele ano os bispos da Província Meridional se reuniram em Aparecida do Norte – ocasião em que Nossa Senhora Aparecida foi coroada e proclamada Rainha do Brasil, em um dos capítulos da competição da Igreja com o Estado pela representação da nação brasileira<sup>16</sup> - e apresentaram o nome de Botucatu para a nova diocese a ser criada em São Paulo. Em 7 de setembro, os bispos enviaram uma carta ao Núncio comunicando a decisão do grupo<sup>17</sup>.

Em 1905, D. Joaquim Arcoverde foi nomeado cardeal, o primeiro da América Latina, e aumentou seu poder e trânsito junto a Santa Sé. Com efeito, ele pôde agilizar o processo de criação de novas dioceses. Os contatos entre o Cardeal e o padre Ferrari continuaram. Tempos depois, em 15 de abril de 1906, D. Arcoverde escreveu ao padre Ferrari comunicando que Pio X determinara a criação da Diocese de Botucatu, exigindo, porém, a quantia de cem contos de réis como patrimônio inicial da nova diocese, a definição dos limites territoriais e as paróquias

---

<sup>14</sup> ARCOVERDE, D. Joaquim. Carta ao Vigário de Botucatu, Padre Ferrari. Rio de Janeiro, 19.07.1904. IN: ALMEIDA, Luiz Castanho de. **Dom Lúcio**. São Paulo: Editora Odeon, 1938. p.66.

<sup>15</sup> BARROS, D. José de Camargo. **Carta ao Arcebispo D. Arcoverde**. São Paulo, 16.07.1904. Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo (ACMSP). Pasta Cardeal Arcoverde.

<sup>16</sup> CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. p. 93-94.

<sup>17</sup> FREITAS, Nainôra M. B. de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo de seu primeiro bispo: D. Alberto José Gonçalves**. Tese (Doutorado em História). Franca, UNESP, 2006. p. 29.

compreendidas, e, por fim, a declaração de que o bispo da nova diocese teria condições favoráveis para as suas atividades.

O Vaticano queria resguardar o mínimo de dignidade para seus prelados. Botucatu não tinha tanto a oferecer em estrutura e rendimentos. No dossiê processual, o padre Ferrari continuou a ressaltar a estratégica posição geográfica do município, devidamente sublinhada nos mapas enviados. Ele organizou também um álbum fotográfico, onde alicerces em ruínas e prédios modestos apareciam em encantadoras perspectivas. Ao entregar o projeto ao Cardeal e ao Núncio, o padre reiterou as necessidades espirituais das vastas regiões da sorocabana e do noroeste do Estado. Em 15 de maio de 1906, a comissão pró-diocese, não obstante, as resistências locais de protestantes e “livres-pensadores” anticlericais<sup>18</sup>, entregou a D. José os recursos exigidos por Roma.

A seguir, D. José dirigiu-se ao Vaticano com os projetos de criação das novas dioceses de Botucatu, Batatais e Campinas. A Secretaria de Estado do Vaticano deu parecer favorável aos projetos. Contudo, D. José faleceu na viagem de volta, a bordo do navio Sírío, em naufrágio ocorrido no dia 04 de agosto de 1906. Como os projetos ainda não haviam se concretizado, as candidaturas ficaram suspensas por conta da tragédia. Em janeiro de 1907, a Santa Sé indicou D. Duarte Leopoldo e Silva para suceder D. José. Ele tomou posse em 14 de abril. Com o apoio de D. Arcoverde e do núncio Giulio Tonti, D. Duarte convenceu a Secretaria do Vaticano a aprovar o seu projeto de criação de novas dioceses, não apenas três, mas cinco. Seriam elas: Botucatu, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos e Taubaté. Batatais desaparecera no novo projeto, dando lugar a Ribeirão Preto. São Carlos e Taubaté, sendo esta a cidade natal de D. Duarte, aparecem como novíssimas candidatas. A Bula *Diocesium Nimiam Amplitudinem*, de 7 de junho de 1908, materializou a vitória do projeto de D. Duarte e do Cardeal Arcoverde.

A instalação da Diocese de Botucatu aconteceu em 19 de outubro de 1908. O documento do *Sacri Consistorii* caracteriza a nova diocese como de “*ambitus latissime patet, et centumquingenta sub se complectitur incolarum millia cum circiter 40 parociis*”<sup>19</sup>. De fato, era, em extensão, a maior diocese do Estado de São Paulo, abrangendo cerca de 50% do território paulista, limitando-se, ao norte, com o Rio Tietê, ao sul, com o Paranapanema, a leste, com o Oceano Atlântico, e, a oeste, com o Rio Paraná. Era composta, precisamente, por 53 paróquias<sup>20</sup>. Assim, ao tornar-se sede de uma diocese, Botucatu dava mais um passo no projeto de civilizar o “sertão desconhecido”, afinal, nesse contexto a cidade tornara-se sede

---

<sup>18</sup> DONATO, Hernani. **Achegas para a história de Botucatu**. 3.ed. Botucatu: Prefeitura Municipal, 1985. p.307.

<sup>19</sup> SACRI CONSISTORII. **Cathedralis Ecclesiae Botucatu in Brasilia**. Romae, 19.X.1908. ACMSP.

<sup>20</sup> ZIONI, D. Vicente M. História da Igreja Particular de Botucatu. IN: ARQUIDIOCESE DE BOTUCATU. **Guia Informativo 2006**. p. 08. Arquivo da Cúria Metropolitana de Botucatu (ACMBot.).

administrativa da polícia, da educação e da saúde, dessas regiões ainda não alcançadas pela racionalidade do Estado e da Igreja<sup>21</sup>.

### **Aspectos da ação romanizadora de D. Lúcio Antunes de Sousa.**

O primeiro bispo de Botucatu, responsável por levar o ultramontanismo ao sertão, foi D. Lúcio Antunes de Sousa. O documento de instalação da diocese o cumula de adjetivos: “*Vir doctrina, gravitate, prudentia, morum honestate rerumque usu praeditus; dignus eapropter habitus qui memoratae Botucatuensi Ecclesiae in Episcopum praeficeretur*”<sup>22</sup>. Diante desse documento e de outros livros e textos<sup>23</sup>, como o do cônego Almeida, urge recordar as lições de Pierre Bourdieu, Giovanni Levi e Guy Chaussinand-Nogaret sobre as ilusões, os usos e os desafios de uma história com contornos biográficos<sup>24</sup>. Isto posto, continuemos a discorrer sobre esse “virtuoso” cristão, agora bispo de Botucatu, nascido em Lençóis do Rio Verde, atual Espinosa, em Minas Gerais, no dia 13 de abril de 1863, filho do fazendeiro e major Antônio Antunes de Sousa e de dona Maria Joana da Soledade. Em 1880, entrou no seminário de Diamantina, diocese governada por D. João Antônio dos Santos, discípulo do bispo reformador D. Antônio Ferreira Viçoso<sup>25</sup>, entre 1863 e 1905. Entre 1891 e 1896, ocupou o cargo de professor do seminário de Diamantina. Foi vigário em Tremendal, entre 1896 e 1903. Neste ano, retomou as aulas do seminário, fundou o jornal católico *A Estrella Polar* (publicado até hoje)<sup>26</sup> e atuou como secretário do bispado até 1908, quando foi indicado, pelo bispo local e pelo cardeal Arcoverde, a Diocese de Botucatu, onde faleceu em 19 de outubro de 1923.

D. Lúcio não estudara na Europa, mas sua formação deu-se em um dos centros de difusão do catolicismo ultramontano. Sua formação foi marcada, outrossim, pelos atritos que a Igreja viveu com o advento da República. Ele possuía, indubitavelmente, fortes vínculos com a elite eclesiástica que o elegera, mas, sobretudo, com a Instituição da qual fazia parte. Por isso, servindo-se da herança paterna, foi a Roma, sede institucional do sacerdócio na visão ultramontana, para lá ser sagrado bispo da Igreja. A cerimônia aconteceu no dia 15 de

<sup>21</sup> PUPO, Trajano C. F. **Botucatu Antigamente (Das origens a 1917)**. Itu, SP: Editora Ottoni, 2002. p. 236-307.

<sup>22</sup> SACRI CONSISTORII. **Cathedralis Ecclesiae Botucatuensis in Brasilia**. Romae, 19.X.1908. ACMSP.

<sup>23</sup> Conferir, entre outros, os seguintes textos: **BIOGRAFIAS** de D. Lúcio Antunes de Sousa. Arquivo da Biblioteca Municipal Emílio Pedutti de Botucatu; **LIVRO DE ATAS** da Confraria do Rosário (1918-1934) e do Apostolado da Oração (1921-1931) de Botucatu. ACMBot.

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. IN: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.; LEVI, Giovanni. Usos da biografia. IN: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.; CHAUSSINAND-NOGARET, Guy. Biográfica (História). IN: BURGUIÈRE, André (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Tradução de Henrique de A. Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p.95-97.

<sup>25</sup> CAMELLO, Maurílio José de Oliveira. **D. Antônio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX**. Tese (Doutorado em História). São Paulo, USP, 1986.

<sup>26</sup> Em Diamantina, o historiador local Vaner Conceição tem se dedicado atualmente a organizar e a analisar a história do jornal *A Estrella Polar*. Há textos analíticos e todos os números publicados do jornal desde 1903.

novembro de 1908, dia de São Lúcio no antigo santoral, na capela do Colégio Pio Latino-Americano. O cardeal Arcoverde foi o sagrante principal. D. Joaquim Silvério de Souza (bispo de Diamantina entre 1905 e 1909) e D. Francisco do Rego Maia, brasileiro arcebispo de Nicópolis, foram seus consagrantes. Depois, visitou o papa Pio X e voltou ao Brasil<sup>27</sup>.

Antes de tomar posse da nova diocese, no dia 20 de fevereiro de 1909, D. Lúcio trocou correspondências com D. Duarte. As cartas formais e com mútuos elogios, indicam o total desconhecimento de D. Lúcio acerca da realidade da diocese que assumiria: *“rogo-lhe a caridade de mandar informar-me quaes as parochias previstas de meu bispado, os nomes dos parochos, coadjutores e outros sacerdotes lá existentes, nacionalidade d’elles, quaes as fundações religiosas, si a sede do bispado dispõe de pessoal apto para me ajudar nos Pontificaes, Semana Santa, etc e sobre o mais que V. Excia. julgar útil para minha orientação”*<sup>28</sup>. D. Lúcio recebeu algumas notas informativas enquanto finalizava sua Carta Pastoral<sup>29</sup>, mas nem o próprio D. Duarte conhecia profundamente o interior do Estado de São Paulo.<sup>30</sup> A diocese do “sertão desconhecido” era uma verdadeira terra de missão: D. Lúcio deveria interpretá-la e convertê-la à Igreja.

Em 02 de fevereiro de 1909, D. Lúcio concluiu e enviou a Botucatu sua, primeira e única, Carta Pastoral, intitulada *Da União dos Catholicos*. Dias depois, em 20 de fevereiro, tomava posse da nova diocese. Segundo o historiador botucatuense Hernani Donato, o novo prelado foi recebido por quatro dos seis mil habitantes da cidade, em clima de muita festa e calorosos discursos das autoridades locais<sup>31</sup>. Mas, passados alguns dias, o “bispo do sertão paulista” percebeu a precariedade estrutural e patrimonial de sua diocese. Em carta de 24 de fevereiro de 1909 a D. Duarte, apenas quatro dias depois de sua posse, D. Lúcio pediu dispensa da contribuição para as despesas de viagem do arcebispo a Roma, por ocasião da criação das novas dioceses, argumentando objetivamente que estas despesas não haviam sido feitas em sua gerência, e por isso não tinha o dever de saldá-las. Mas não é só isso. D. Lúcio afirmou ter de esmolar para manter as atividades do bispado, e continuou: *“V. Excia. bem me poderia fazer a primeira esmola, mandando devolver a esta diocese o preço do prédio que o vendeu da Mitra”*. Até a posse de D. Lúcio, o arcebispo de São Paulo foi o Administrador Apostólico de Botucatu, e nesse período ele vendeu um prédio do patrimônio da Mitra

---

<sup>27</sup> VASCONCELLOS, Vasco Smith de. **História da Província Eclesiástica de São Paulo**. São Paulo: Saraiva, 1957. p.137-138; ARCOVERDE, D. Joaquim. **Carta a D. Duarte**. Roma, 29.10.1908. ACMSP. (Pasta Cardeal Arcoverde)

<sup>28</sup> SOUSA, D. Lúcio Antunes de. **Carta ao arcebispo D. Duarte**. Diamantina, 14.01.1909. ACMSP.

<sup>29</sup> SOUSA, D. Lúcio Antunes de. **Carta ao arcebispo D. Duarte**. Diamantina, 01.02.1909. ACMSP.

<sup>30</sup> FREITAS, Nainôra M. B. de. **A criação da diocese de Ribeirão Preto e o governo de seu primeiro bispo: D. Alberto José Gonçalves**. Tese (Doutorado em História). Franca, UNESP, 2006. p. 35.

<sup>31</sup> DONATO, Hernani. **Achegas para a história de Botucatu**. 3.ed. Botucatu: Prefeitura Municipal, 1985. p.308.

Botucatuense, cujo valor D. Lúcio reivindicava. Pediu, ainda, “*a caridade de comensalar por um anno por conta do santuário [de Pirapora], onde, aliás, não param também esmolas desta diocese, mas não ouse fazela, deixando à prudente generosidade de V.Excia. fazer o que julgar bem*”. Ao finalizar esta carta deixou transparecer, deliberadamente ou não, seu estado de espírito: “*Digne-se V. Excia. confortar com sua benção o triste e humilde servo de V. Excia. + Lúcio, Bispo de Botucatu.*”<sup>32</sup>.

Mas, sabemos retrospectivamente que D. Lúcio não se deixou abater por essas dificuldades iniciais, gerindo sua diocese por quase quinze anos. De fato, a partir daí o “bispo do sertão paulista” envidaria todos os seus esforços no sentido de construir um sólido patrimônio eclesiástico, imprescindível para a autonomia e a execução dos projetos diocesanos. Em março, seu ânimo era outro, como se depreende desta assertiva: “*Continuo em dificuldades muito sérias, mas espero em Deus vencelas*”<sup>33</sup>. A busca pela autonomia econômica engendrou uma polêmica em torno de D. Lúcio. Segundo o historiador Emílio D. Primolan, o bispo de Botucatu deixou, ao fim de seu governo, um patrimônio avaliado em três mil contos de réis. Esta faceta fez com que ele fosse qualificado de materialista por elementos da própria hierarquia e por muitos de seus paroquianos<sup>34</sup>. Por outro lado, o biógrafo de nosso protagonista, o cônego Almeida, e o historiador Hernani Donato enfatizam a sagacidade, o pragmatismo e a perspicácia administrativa de D. Lúcio, em tempos econômicos difíceis para a Igreja<sup>35</sup> e para a sociedade<sup>36</sup>. Nessa perspectiva, esses autores e outros pesquisadores, contrapõem a habilidade administrativa de D. Lúcio à inabilidade de seu sucessor, o polêmico D. Carlos Duarte da Costa, que governou Botucatu de 1924 a 1937.

Além do mais, D. Lúcio e D. Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté, ambos companheiros de seminário em Diamantina, discutiram com D. Duarte acerca de pendências patrimoniais relativas às suas dioceses. O historiador e padre Ney de Souza, tratou rapidamente dessa questão em um de seus livros:

Após a instalação das dioceses, o arcebispo encontrou contrariedade com relação a duas novas sedes episcopais: Botucatu e Taubaté. O bispo de Botucatu, Dom Lúcio

---

<sup>32</sup> SOUSA, D. Lúcio Antunes de. **Carta ao arcebispo D. Duarte**. Botucatu, 24.02.1909. ACMSP. Documentação avulsa.

<sup>33</sup> SOUSA, D. Lúcio Antunes de. **Carta ao arcebispo D. Duarte**. Botucatu, 12.03.1909. ACMSP. Documentação avulsa.

<sup>34</sup> PRIMOLAN, Emílio D. **A romanização do catolicismo na paróquia de Bauru (1909-1937)**. Dissertação (Mestrado em História). FCL-Assis-UNESP, 1993. p.77.

<sup>35</sup> Sobre essa questão, Wernet afirmou que com o advento da República e o fim dos subsídios estatais à Igreja, “muitas dioceses, como por exemplo a de Goiás, caíram em extrema miséria”. WERNET, Augustin. **Os redentoristas no Brasil**. Aparecida, SP: Santuário, 1995. v.2. p.171.

<sup>36</sup> ALMEIDA, Luiz Castanho de. **Dom Lúcio**. São Paulo: Editora Odeon, 1938. p.80-85; DONATO, Hernani. **Achegas para a história de Botucatu**. 3.ed. Botucatu: Prefeitura Municipal, 1985. p.309-310.



Antunes de Souza, sentia-se insatisfeito com as determinações fixadas na questão patrimonial. Dom Duarte e Dom Lúcio trocaram algumas cartas sobre o assunto, resultando disso um profundo mal-estar entre o metropolitano e o seu sufragâneo. Durante uma visita do Cardeal Arcoverde ao seminário menor de Pirapora, Dom Duarte e Dom Lúcio tiveram a oportunidade de se encontrarem pessoalmente. Segundo a documentação, bastou esse encontro para resolver e esclarecer toda a situação pendente<sup>37</sup>.

A documentação que, segundo Ney de Souza, encerrou “a situação pendente” não foi explicitada por este autor, constando diretamente apenas uma referência a trecho do Diário de D. Duarte, mas, perdendo-se em meio às atas, cartas, diários e outros textos que constituem o *corpus* documental da obra. Ainda nesse sentido, urge discutir brevemente a tese de Isnard de Albuquerque Câmara Neto, intitulada *A ação romanizadora e a luta pelo cofre: D. Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935)*. Nesta encontramos novas fontes relacionadas a gestão de D. Lúcio. São algumas cartas entre D. Lúcio e D. Duarte sobre o episódio de litígio patrimonial envolvendo a herança de um certo Wanderlei, disputada pela Arquidiocese de São Paulo e pela diocese de Taubaté. O desfecho favorável a Taubaté aconteceu após muita polêmica, com o veredicto de um Tribunal Arbitral formado por D. Nery, de Campinas, e por D. Lúcio, de Botucatu. A questão patrimonial envolvendo bispos é o centro da análise de Câmara Neto, explícito no título de sua tese.

No que tange diretamente a este trabalho, o autor, baseando-se em poucas cartas do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo e em informações extraídas do citado livro de Sérgio Miceli e do sítio *catholic-hierarchy*, apresentou, surpreendentemente, dados primários incorretos e fez afirmações sem consistência documental acerca de D. Lúcio. Um dos argumentos centrais da tese em questão consiste na total dissonância -o que explicaria a desenvolta ação e ‘rebelião’ do primeiro bispo de Taubaté - entre D. Epaminondas e a ‘Igreja Paulista’, isto é, os bispos de Botucatu, Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos e São Paulo, unidos, sobretudo, por aquilo que o autor denomina de “compadrio sagrado”, ou, dito de outro modo, pelos laços de direitos e deveres instituídos por uma espécie de “clientelismo eclesiástico”. O “compadrio sagrado”, percepção interessante, serviu, a nosso ver, como uma possível estratégia do autor para resolver o “pequeno” detalhe que sobrava em sua argumentação: o fato de D. Lúcio ser mineiro e ter estudado com D. Epaminondas no seminário de Diamantina, e, mais, em razão do primeiro bispo de Botucatu também ter se

---

<sup>37</sup> SOUZA, Ney de (org.). **Catolicismo em São Paulo**: 450 anos de presença da Igreja Católica em São Paulo (1554-2004). São Paulo: Paulinas, 2004. p. 417.

envolvido em litígios patrimoniais com D. Duarte - disputa silenciada, como propomos anteriormente.

Para corroborar a excepcionalidade de D. Epaminondas na “Igreja Paulista”, como pertencente a “Igreja Mineira”, ele enredou D. Lúcio no primeiro grupo, em virtude de sua “filiação eclesiástica” ao Cardeal Arcoverde, que, no entanto, não era paulista, nem mineiro, mas pernambucano... se acreditarmos em Alceste Pinheiro de Almeida, devemos considerar que o Cardeal Arcoverde era um prelado da Instituição eclesial, eleito por Roma como representante latino-americano do Colégio Cardinalício e não apenas do Brasil, e, completá-riamos, não apenas de São Paulo<sup>38</sup>. Mais ainda, para, talvez, dar maior vigor a sua frágil argumentação neste aspecto, afirmou: “*Vale lembrar que D. Lúcio fora consagrado por D. Duarte, por quem, certamente, tinha apreço, a ponto de não querer decepcioná-lo com um julgamento desfavorável*”<sup>39</sup>. De fato, as cartas consultadas por nós e brevemente apresentadas nas linhas anteriores, refutam peremptoriamente, ao lado de tantas outras fontes não mencionadas, esta última afirmação, infundada e eticamente perigosa, do historiador Isnard de Albuquerque Câmara Neto. Podemos, outrossim, pelas leituras preliminares das fontes e da literatura pertinentes, colocar em xeque as assertivas de Câmara Neto sobre o “compadrio sagrado” que domesticou D. Lúcio, convertendo-o, outrossim, ao grupo da “Igreja Paulista”; bem como acerca de sua complacente e, talvez, conveniente, ou acrítica, aceitação do desfecho do litígio entre D. Lúcio e D. Duarte apresentado por Ney de Souza.

Devemos, respeitando os limites impostos por este tipo de texto, apontar, ainda, que a ação romanizadora do primeiro bispo de Botucatu foi projetada em sua Carta Pastoral *Da União dos Catholicos*. Nela, a Igreja e o Estado se unem no sentido de ordenar a sociedade, mas são esferas diferentes, e a Igreja, *Societas Perfecta*, é a base e o fundamento de qualquer ordem social. Ecoando as análises do Papado e do Episcopado brasileiro da época, afirma que um caos social se abateu sobre o país em razão do repúdio aos valores da Igreja<sup>40</sup>. Assim, mais do que nunca, urge a que se unam “*os Catholicos em redor do divino lábaro da Cruz, com fervor esclarecido e com desprendimento, para defesa e triumpho de nossa santa Religião nesta nossa Patria querida*”<sup>41</sup>. Continua afirmando que os católicos devem defender sua religião das ofensivas de todas “*as seitas heterodoxas*” e de “*todas as sociedades anti-*

---

<sup>38</sup> ALMEIDA, Alceste Pinheiro de. *O Cardeal Arcoverde e a reorganização eclesiástica*. Tese (Doutorado em História). São Paulo, USP, 2003. p. 268 et passim.

<sup>39</sup> CÂMARA NETO, Isnard de Albuquerque. *A ação romanizadora e a luta pelo cofre*: D. Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935). Tese (Doutorado em História). São Paulo, USP, 2006. p. 149.

<sup>40</sup> MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da História*. Maringá, PR: Eduem, 2004. p.109-131.

<sup>41</sup> SOUSA, D. Lúcio. Carta Pastoral *Da União dos Catholicos*. IN: ALMEIDA, Luiz Castanho de. *Dom Lúcio*. São Paulo: Editora Odeon, 1938. p. 117-118.

*religiosas*”<sup>42</sup>. D. Lúcio não especificou quais eram essas “seitas” e “sociedades”, o que, de um lado, pode indicar o pouco conhecimento que o prelado tinha da realidade da diocese que iria assumir, e, de outro, uma astuta estratégia de alertar e mobilizar os católicos contra qualquer tipo de ataque à Igreja, propiciando a identificação móvel desses inimigos conforme as diferentes situações e interesses da Instituição. Em resumo, a Carta Pastoral ordena que os católicos se unam em torno de seus pastores, da explicitação destemida da fé, da boa imprensa, da moralização da política e, por fim, da obra dos seminários e do ensino religioso.

Para auxiliá-lo em suas tarefas, D. Lúcio convidou os padres capuchinhos a se fixarem em Botucatu, o que ocorreu em 12 de abril de 1909. Estes padres -os clérigos que melhor conheciam o território da nova diocese - foram imprescindíveis na ação romanizadora de D. Lúcio, sobretudo os freis Daniel de Santa Maria e Modesto Rezende, companheiros do bispo botucatuense em suas árduas visitas pastorais, sem falar das funções que esses padres ocuparam como confessores do bispo, secretários e governadores do bispado<sup>43</sup>. Além disso, os Capuchinhos continuaram suas missões no noroeste do Estado, na violenta região de Penápolis<sup>44</sup>. Depois, chegaram os Missionários do Sagrado Coração, responsáveis, primeiro, pelo seminário, e, em seguida, pelas turbulentas regiões de Cafelândia e Bauru<sup>45</sup>. Em 1912, o bispo trouxe para o Brasil as Irmãs Marcelinas com o intuito de fundar um colégio feminino<sup>46</sup>. Em 1914, vieram os padres Lazaristas, depois de muita negociação entre o bispo de Botucatu e o Papa Pio X<sup>47</sup>, para administrarem o seminário de Botucatu, inaugurado em 1911, o primeiro do interior paulista.

Até sua morte, em 19 de outubro de 1923, D. Lúcio visitou por quase três vezes todas as paróquias de sua extensa diocese. Envolveu-se em inúmeras disputas patrimoniais, políticas e religiosas, procurando implantar um modelo de Igreja segundo os moldes romanos, clericalizada e sacramentalizada, que acreditava ser, em sua concepção ultramontana do catolicismo, o verdadeiro agir dos cristãos. Sua ação romanizadora, no entanto, foi efetivada em um cenário bem diferente daquele da venerada Europa, exigindo estratégias e dinâmicas peculiares ao contexto histórico e geográfico da recém-criada diocese de Botucatu, devendo lidar ainda com os desafios de construção institucional da Igreja brasileira e com as

---

<sup>42</sup> SOUSA, D. Lúcio. Carta Pastoral *Da União dos Catholicos*. IN: ALMEIDA, Luiz Castanho de. **Dom Lúcio**. São Paulo: Editora Odeon, 1938. p. 118.

<sup>43</sup> **LIVRO DE TOMBO** do Santuário de Nossa Senhora de Lourdes (1909-1927). p. 05-15; REZENDE, Frei Modesto. **Minhas viagens pela Diocese de Botucatu em Visita Pastoral com D. Lúcio Antunes de Souza**. São Paulo: Imaculada Conceição, 1909. Arquivo dos Padres Capuchinhos de Botucatu.

<sup>44</sup> DENNO, Frei Ricardo Maria de. **Carta ao padre Comissário dos Capuchinhos**. Penápolis, 25.09.1913. ACMSP.

<sup>45</sup> PRIMOLAN, Emílio D. **A romanização do catolicismo na paróquia de Bauru (1909-1937)**. Dissertação (Mestrado em História). FCL-Assis-UNESP, 1993. p.53 et passim.

<sup>46</sup> **MARCELINAS no Brasil – Botucatu 1912-1992**. p.15-19. Arquivo do Colégio Santa Marcelina de Botucatu.

<sup>47</sup> SOUSA, D. Lúcio Antunes de. **Carta ao arcebispo D. Duarte**. Paris, 26.08.1913. ACMSP.

necessidades do governo republicano no sentido de expandir o moderno Estado-Nação, vinculado aos interesses do capitalismo internacional.